

ESPORTES

correibraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176



Bets, dívidas bilionárias do futebol, Copa do Mundo Feminina, patrocínios estatais, Lei de Incentivo, formação de atletas, Jogos Olímpico e Paralímpicos colocam o esporte no radar dos candidatos ao Palácio do Planalto: conheça as propostas

As estratégias no campo político

MARCOS PAULO LIMA

O esporte brasileiro movimenta uma cadeia econômica que vai muito além das competições. Só os clubes da Série A movimentaram R\$ 14,3 bilhões em 2025, segundo o Relatório Convocados, do economista Cesar Graftetti, enquanto o endividamento dos clubes das Séries A e B chegou a R\$ 17,3 bilhões. No outro lado da cadeia, o esporte olímpico e paralímpico recebe aportes de empresas estatais: a Caixa destinou R\$ 160 milhões ao ciclo olímpico até Los Angeles-2028 e outros R\$ 160 milhões ao paralímpico. A Lei de Incentivo ao Esporte captou R\$ 1,36 bilhão em 2025. São cifras de naturezas distintas, mas ajudam a dimensionar a força econômica e social de um setor que chega às eleições de 2026 diante de uma pergunta central: qual será o papel do esporte no próximo ciclo de governo?

A eleição também terá como pano de fundo um grande evento já contratado para o primeiro ano do próximo mandato. A Copa do Mundo Feminina de 2027 será disputada de 24 de junho a 25 de julho, com 32 seleções, 64 partidas e oito cidades-sede: Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

A organização mobiliza Fifa, Confederação Brasileira de Futebol (CBF), governo federal, estados e municípios e envolve compromissos em áreas como infraestrutura, mobilidade, segurança, turismo e serviços. Em agosto, o governo sancionou a Lei Complementar nº 235/2026, que criou condições tributárias específicas para a realização do Mundial no país.

A dimensão econômica convive com uma equação delicada no futebol. O levantamento de Graftetti mostra que a receita da Série A cresceu 32% em termos reais em 2025, impulsionada também por receitas não recorrentes, como transferências de jogadores e premiações. Ao mesmo tempo, as dívidas dos clubes das duas principais divisões alcançaram R\$ 17,3 bilhões. O retrato expõe uma indústria capaz de movimentar bilhões, mas ainda pressionada pela necessidade de tornar suas receitas mais sustentáveis.

Bets

As apostas esportivas se tornaram parte importante dessa equação. Em 2025, os clubes da Série A receberam cerca de R\$ 1 bilhão em receitas de patrocínio das bets, segundo o levantamento Convocados. A interrupção do mercado regulado muda uma fonte relevante de financiamento do futebol justamente quando os clubes precisam lidar com o peso das dívidas e buscar novas receitas.

Plano de governo: as propostas para o esporte

Ricardo Stuckert/PR



Lula (PT)

O programa apresenta o esporte como política pública articulada à educação, à inclusão social, à saúde, formação e ao alto rendimento. A proposta prevê a continuidade e o fortalecimento do Bolsa Atleta e das políticas de preparação olímpica e paralímpica, além de ações voltadas à formação profissional, à pesquisa, à ciência e à tecnologia. O documento também trata da ampliação da infraestrutura esportiva e da integração entre União, estados e municípios. A ideia central é utilizar o esporte tanto como instrumento de desenvolvimento social e promoção da saúde quanto como política de formação e preparação de atletas para o alto rendimento.

Reprodução/Redes Sociais



Romeu Zema (Novo)

Trata o esporte como instrumento de promoção da saúde, qualidade de vida, formação e desenvolvimento social e defende maior participação da iniciativa privada na estrutura de financiamento. A proposta enfatiza mecanismos de parceria entre governo, empresas e entidades esportivas e busca reduzir a dependência de recursos públicos diretos. O documento também relaciona a prática esportiva à prevenção de doenças e à melhoria da qualidade de vida, além de defender maior eficiência na gestão dos programas públicos. No alto rendimento, a abordagem privilegia a utilização de parcerias e mecanismos de financiamento que aproximem o setor privado da formação e da preparação de atletas.

Ed Alves/CB/D.A Press



Flávio Bolsonaro (PL)

Defende o esporte como ferramenta de formação, saúde e desenvolvimento de oportunidades. Uma das principais propostas é o Programa Escola de Campeões, baseado em parcerias com a iniciativa privada para levar esporte competitivo às escolas no contraturno. Prevê a identificação de talentos paralímpicos desde a base, o aperfeiçoamento das bolsas esportivas e editais para confederações e clubes voltados à ciência, à tecnologia e ao uso de dados no alto rendimento. Para o esporte feminino, estabelece que competições da base ao alto rendimento sejam disputadas exclusivamente por atletas do sexo feminino. Propõe ampliar a participação privada no financiamento.

Reprodução/Instagram



Renan Santos (Missão)

O candidato trata do esporte, principalmente, a partir da relação com formação, juventude e desenvolvimento social. As referências ao setor aparecem associadas a políticas de educação, inclusão e oportunidades para crianças e jovens, com preocupação em ampliar o acesso à prática esportiva. O documento também trata de mecanismos de incentivo e participação social, mas não apresenta um desenho setorial de financiamento, infraestrutura e alto rendimento com o mesmo nível de detalhamento encontrado nos programas que dedicam capítulos específicos ao esporte. A abordagem está mais concentrada na dimensão social e formativa da atividade esportiva.

Rafa Neddermeyer/Agencia Brasil



Ronaldo Caiado (PSD)

Dedica um capítulo específico ao esporte, com propostas que vão da iniciação ao alto rendimento. Entre elas estão o Plano Nacional do Esporte 2035 e o fortalecimento do Sistema Nacional de Esporte, com mecanismos de cofinanciamento entre os diferentes níveis de governo. O documento também aborda infraestrutura, núcleos esportivos, formação de atletas, paradesporto, Bolsa Atleta e preparação para os ciclos olímpico e paralímpico. Há propostas relacionadas ao futebol feminino, à profissionalização da gestão esportiva e ao aperfeiçoamento da Lei de Incentivo ao Esporte. O programa inclui medidas relacionadas à proteção de crianças e adolescentes e ao ambiente das apostas esportivas.

Reprodução/Redes Sociais



Augusto Cury (Avante)

O programa concentra a abordagem esportiva na educação e na formação integral de crianças e jovens. A prática esportiva aparece relacionada à escola, ao desenvolvimento de habilidades, à saúde e à educação em tempo integral. A proposta trata o esporte como componente da formação dos estudantes e como ferramenta de desenvolvimento físico, social e emocional. O documento, porém, apresenta menor detalhamento sobre mecanismos de financiamento do esporte de alto rendimento, preparação olímpica e paralímpica ou organização do sistema esportivo nacional. A ênfase está sobretudo na utilização da prática esportiva dentro da política educacional.

Efeitos colaterais da MP

A proibição das bets impacta a CBF. Dona dos naming rights do Brasileirão e da Copa do Brasil, a Betano começou a ser retirada de todas as ações da entidade. A final única do mata-mata nacional, por exemplo, será no Mané Garrincha, em Brasília, em 6 de dezembro, e as ações de marketing estão previamente suspensas. Clubes como o Corinthians buscam novos patrocinadores master. Ontem, a Vara da Infância e da Juventude do TJ-SP vetou a assinatura do clube com uma plataforma de conteúdo adulto.

No esporte olímpico e paralímpico, o modelo de financiamento é diferente. O orçamento federal convive com recursos de loterias, renúncia fiscal e patrocínios privados e estatais. A Caixa e as Loterias Caixa mantêm R\$ 160 milhões de patrocínio ao Comitê Olímpico do Brasil até o fim de 2028. Em 2025, a instituição anunciou outros R\$ 160 milhões para o Comitê Paralímpico Brasileiro no ciclo até Los Angeles.

A participação das empresas públicas não para aí. O Banco do Brasil mantém uma das mais longevas relações de patrocínio do esporte brasileiro, especialmente com o vôleibol. O BNDES retomou o investimento esportivo em 2025 e fechou contrato de até R\$ 60 milhões com a Confederação Brasileira de Judô para o ciclo de Los Angeles. Desse total, R\$ 32 milhões são recursos incentivados pela Lei de Incentivo ao Esporte e R\$ 28 milhões são recursos livres.

Formação

A própria Lei de Incentivo ganhou novo status. Em 2025, os projetos esportivos captaram R\$ 1,36 bilhão, e a legislação foi transformada em política permanente. O mecanismo permite que empresas e pessoas físicas direcionem parte do Imposto de Renda devido a projetos previamente aprovados pelo governo. O dinheiro privado, portanto, passou a ocupar espaço relevante na arquitetura de financiamento do esporte brasileiro.

O orçamento direto da União completa esse mosaico. O Ministério do Esporte fechou 2025 com orçamento superior a R\$ 3 bilhões, enquanto programas como o Bolsa Atleta alcançaram números recordes de beneficiários. A questão, portanto, não é apenas quanto o governo federal coloca diretamente no esporte, mas como combina orçamento, renúncia fiscal, loterias, patrocínios de estatais e investimento privado para financiar desde a iniciação esportiva até o alto rendimento.

É nesse ambiente que os programas de governo dos candidatos à Presidência apresentam diferentes abordagens para o setor. O Tribunal Superior Eleitoral disponibilizou os documentos oficiais das candidaturas e uma ferramenta que permite consultar as propostas por tema. Após a análise dos registros, o Correio preparou um resumo das propostas dos seis candidatos mais bem posicionados na pesquisa Correio/Opinião Inteligência Política publicada na edição de ontem. A apuração da intenção de voto para presidente no Distrito Federal foi realizada entre 26 e 28/9 com 1.225 pessoas em 31 regiões da capital e registro DF-00922/2026.